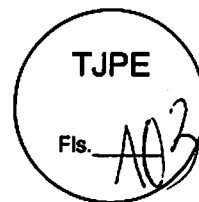




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



11

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 49690-93.2013.8.17.0001 (334709-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: JOSÉ RICARDO ALVES DA SILVA
APELADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S. A.

EMENTA: APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO. PERDA MÉDIA - E NÃO TOTAL - DA FUNCIONALIDADE DO BRAÇO ESQUERDO. INDENIZAÇÃO EM 50% DO QUE SERIA DEVIDO CASO A INUTILIZAÇÃO DO MEMBRO FOSSE COMPLETA. APELO DENEGADO.

- Os laudos juntados aos autos não deixam dúvida quanto ao grau da perda da função do braço esquerdo do Apelante, sendo de média repercussão.

- Aplicando-se a redução prevista no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, a indenização deve montar em 50% do valor que seria devido caso a perda dos movimentos daquele membro fosse total.

- Recurso a que se nega provimento.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Sala de Sessões,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 100 p

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 49690-93.2013.8.17.0001 (334709-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

APELANTE: JOSÉ RICARDO ALVES DA SILVA

APELADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S. A.

R E L A T Ó R I O

Cuida-se de recurso interposto contra sentença (fls. 81/84) que julgou improcedente Ação de Cobrança de Saldo de Seguro DPVAT, entendendo que a gradação indenizatória feita pela seguradora não merecia reparos, pois teria seguido a tabela constante da regulamentação legal aplicável à espécie.

O juiz condenou o autor ao pagamento das custas e de honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% (dez por cento) do valor dado à causa, observado, neste ponto, o disposto no art. 12¹ da Lei 1.060/50, diante da gratuidade de justiça deferida nos autos.

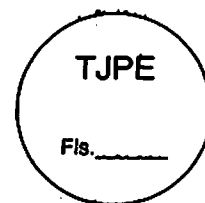
Cumpre registrar que o autor envolveu-se em acidente automobilístico em 11/06/2010, tendo sofrido "fratura dos ossos do antebraço", pelo que foi tratado "cirurgicamente para redução e síntese com placa e parafusos", gerando como consequências "trauma no ombro esquerdo, que lhe provocou luxação acrômio-clavicular grave", restando "com déficit motor do membro superior esquerdo de 30%" (fls. 26).

Por tais sequelas, recebeu administrativamente a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) (fls. 07 e 49).

¹ Art. 12. A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se, dentro de 5 (cinco) anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita. puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Em suas razões recursais (fls. 87/90), o Apelante requer a complementação do valor recebido, de modo que a quantia atinja R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), equivalentes a 70% (setenta por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), percentual este previsto na tabela legal de graduação da invalidez (fls. 52) para quem teve perda completa da funcionalidade de um dos membros superiores.

Instada a contra-arrazoar o recurso, a Apelada deixou transcorrer *in albis* o respectivo prazo (fls. 93).

É o relatório.

Diante da desnecessidade de revisão, eis que tramitou sob o rito sumário, remeta-se o feito diretamente à pauta, nos termos do art. 76, parágrafo único², do Regimento Interno do TJPE.

Recife,

06/06/11

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

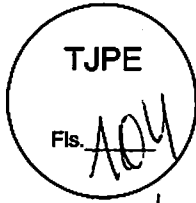
Relator

² Art. 76. (...)

Parágrafo Único - Nos recursos interpostos nas causas de procedimento sumário, de despejo e nos casos de indeferimento liminar de petição, não haverá revisor.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 49690-93.2013.8.17.0001 (334709-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

APELANTE: JOSÉ RICARDO ALVES DA SILVA

APELADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S. A.

V O T O

P 31

Tratam os autos de discussão quanto à obrigação da Apelada indenizar o Apelante, a título de complementação de seguro DPVAT, ensejada por invalidez permanente, decorrente de acidente de trânsito.

Com efeito, a divergência entre o que defende o Apelante e o que restou definido na sentença é quanto ao grau da perda de funcionalidade do seu braço esquerdo: aquele afirma que o decréscimo funcional foi total, enquanto o *decisum* recorrido arbitra indenização correspondente à supressão média da função.

Sem maiores rodeios, entendo não assistir razão ao Apelante, em face de tudo quanto consta dos autos.

Isto porque o laudo trazido pelo próprio Apelante com a inicial (fl. 13) afirma que ele restou com "com déficit motor do membro superior esquerdo de 30%" (g. n.).

Ademais, o laudo da perícia complementar (fls. 31/31v) realizada em Juízo não deixa dúvida ao restringir o alcance da lesão ao braço esquerdo do Apelante, o mesmo podendo ser dito quanto ao grau da perda de funcionalidade daquele membro, a qual não foi completa, como deixa claro a marcação, pelo perito, do campo "Parcial incompleto".



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

Suplantando quaisquer dúvidas ainda existentes, referido laudo é expresso ao quantificar a lesão em 50% (cinquenta por cento), qualificando-a como de *média repercussão*, para usar o termo mencionado pela própria lei de regência - art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74¹.

Destarte, o Apelante faz jus ao recebimento de 50% (cinquenta por cento) dos R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), que seriam devidos caso a perda dos movimentos do braço esquerdo fosse realmente completa, valor que já lhe foi pago administrativamente, não havendo que se falar em complementação.

Ante tudo quanto aqui exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, mantendo a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

¹ II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de *média repercussão*, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.